

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0393-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.937221008>

1. Serviço social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço Social no Brasil: Desafios e atuação profissional* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo discute a atuação do Assistente Social na política de assistência social e os desafios para a efetivação do projeto ético político do Serviço Social no contexto da sociedade do capital. O segundo capítulo discute a proteção social de alta complexidade para a pessoa idosa frente às demandas sociais para esse público em particular.

O terceiro capítulo analisa o processo de migração e seus fatores determinantes na atual conjuntura. O quarto capítulo discute a transversalidade da política ambiental nas políticas públicas na perspectiva intersetorial.

O quinto capítulo analisa a atuação de Assistentes Sociais no enfrentamento à violência doméstica e familiar e os desafios vinculados nesse processo. O sexto capítulo discute os impactos da pandemia de Covid-19 no trabalho dos Assistentes Sociais no contexto da política de saúde.

O sétimo capítulo discute o consumo prejudicial de álcool e outras drogas enquanto manifestação da questão social. E finalmente o oitavo capítulo apresenta os resultados de pesquisa acerca da incidência de adoecimento mental no trabalho no contexto do enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Neste contexto, as discussões apresentadas nessa coletânea podem contribuir para a discussão dos desafios e possibilidades para a atuação dos Assistentes Social na atual conjuntura brasileira.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ANALISANDO O PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA- MG

Karen de Fátima Ségala

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210081>

CAPÍTULO 2..... 9

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE KENNEDY-
ES: PREGÃO ELETRÔNICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTA
COMPLEXIDADE À PESSOA IDOSA

Elizaura Barcelos Matias da Silva

Gissele Carraro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210082>

CAPÍTULO 3..... 18

MIGRAÇÃO EM GOIÁS: A ATRAÇÃO PELO FATOR SOCIOECONÔMICO

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

Pauleânia Machado Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210083>

CAPÍTULO 4..... 24

A TRANVERSALIDADE DA QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS,
NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A EDUCAÇÃO
SUSTENTÁVEL

Márcia Faraum dos Santos

Valéria Cristina da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210084>

CAPÍTULO 5..... 35

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES

Ariana Kelly dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210085>

CAPÍTULO 6..... 45

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA INTERVENÇÃO DOS/AS ASSISTENTES
SOCIAIS: DESAFIOS, IMPASSES E POSSIBILIDADES

Nikolas Corrent

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210086>

CAPÍTULO 7..... 57

MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TORNO DO CONSUMO PREJUDICIAL DE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E SUAS CONEXÕES INTERSETORIAIS

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Laisla Shirley Rodrigues Maranhão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210087>

CAPÍTULO 8..... 69

TRABALHADORES (AS) DA SAÚDE E DESGASTE NO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA DA COVID-19 NO SERTÃO DA PARAÍBA

Reginaldo Pereira França Junior

Maria da Conceição Silva Félix

Cleonice Peixoto Alves

Ivanyr Nayara Mascena Veras,

Letícia Bandeira Matias de Oliveira,

Lavínia Gabriela Oliveira de Almeida,

Maria Carla Laiane Gabriel Alexandre

Moisés Elias Casimiro

Rayane Abrantes de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210088>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 96

ÍNDICE REMISSIVO..... 97

CAPÍTULO 2

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE KENNEDY-ES: PREGÃO ELETRÔNICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA IDOSA

Data de aceite: 01/08/2022

Elizaura Barcelos Matias da Silva

Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória- EMESCAM

Gissele Carraro

Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória- EMESCAM

RESUMO: Introdução: A política pública de assistência social dispõe de uma série de serviços socioassistenciais, que priorizam pessoas idosas entre eles está o Serviço de Acolhimento Institucional. **Objetivo:** analisar como as demandas e necessidades sociais da pessoa idosa, que requerem proteção social de alta complexidade da política pública de assistência social, são asseguradas mediante o uso de pregão eletrônico em Presidente Kennedy-ES. **Metodo:** Trata-se de um estudo de caso, de cunho qualitativo, com o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental com uso de roteiro de análise. **Resultados:** o pregão eletrônico, para a licitação e efetivação da contratação da empresa que prestou atendimento ao município de Presidente Kennedy-ES, foi essencial para a garantia de proteção social para a pessoa idosa, mesmo que tenha atendido parcialmente as demandas e que os objetivos da oferta de serviço de alta complexidade, bem

como a especificação de recursos humanos previstos na base legal e normativa da política de assistência social precisem ser claramente especificados em processos licitatórios futuros. **Considerações finais:** destacou-se que o município não tem serviços socioassistenciais de proteção social de alta complexidade, fazendo com que ocorra um processo de licitação para empresas especializadas. Por isso, uma das alternativas, para que se possam atender as necessidades da pessoa idosa, é o pregão eletrônico.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública de Assistência Social. Proteção Especial de Alta Complexidade. Pessoa Idosa. Licitação. Pregão Eletrônico.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento no Brasil merece destaque e precisa ser considerado como um importante processo de mudança e desenvolvimento pessoal. O índice de crescimento da pessoa idosa no país tem se elevado gradativamente, fazendo com que a longevidade esteja em aumento. Esse fator faz com diversas áreas da política pública estabeleçam propostas inovadoras para o fenômeno que está ganhando um espaço cada vez maior em todo o mundo.

Por isso, frente a essa mudança, é importante que se estabeleçam políticas públicas para que possam atender as necessidades de forma ampla e direta, uma vez

que o envelhecimento populacional é considerado sucesso nas políticas de saúde, bem como na sociedade.

A criação de ações, como o Plano de Ação Internacional do envelhecimento, pode ser um dos pontos que estabelece comprometimento em escala nacional e mundial. É importante salientar que, as medidas citadas e apresentadas no Plano citado, são devidamente avaliadas para a promoção da implementação dos órgãos e entidades, assim como o decreto 8.114, de 30 de setembro de 2013 (revogado pelo Decreto nº 9.921, de 2019).

O direito à vida e a minimização das desigualdades foi um dos aspectos citados e tratados no documento que visa tornar o envelhecimento igualitário a todos e com seus direitos respeitados. Por isso a criação da Estratégia Global e Plano de Ação da OMS tem por intuito a garantia de proteção social. Como o aumento da pessoa idosa vem crescendo gradativamente, priorizar este grupo e rever as proposições já instaladas é de grande valia e responsabilidade para o poder público, garantindo assim políticas públicas de saúde, trabalho, moradia, cultura, lazer, como também previdência social.

É importante que o envelhecimento seja prioridade do Estado, garantido às pessoas idosas inclusão e proteção social, respeitando os dispostos na Constituição Federal. Neste âmbito, a Política Nacional do Idoso, instituída por lei e decreto, garantiu um avanço na aprovação do Estatuto do Idoso, que destaca as principais medidas, princípios e prioridades que a família, a comunidade e o Poder público devem ter com as pessoas acima de sessenta anos. Um dos intuitos também é a garantia de que haverá promoção da autonomia e integração/participação efetiva na sociedade. Mantendo assim, sua dignidade, bem-estar e o direito à vida resguardado e defendido.

Assim, o objetivo desse estudo foi analisar como as demandas e necessidades sociais da pessoa idosa, que requerem proteção social de alta complexidade da política pública de assistência social, são asseguradas mediante o uso de pregão eletrônico em Presidente Kennedy-ES, com vistas a contribuir com subsídios para gestores e trabalhadores da área.

MÉTODO

Para a realização do processo investigativo se efetivou pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. No que se refere à pesquisa bibliográfica, se efetivou revisão de fontes tornadas públicas que receberam tratamento analítico, sobre as categorias vinculadas ao tema da investigação, como velhice, envelhecimento humano, violação de direitos e políticas públicas de proteção social à pessoa idosa, política de assistência social, pregão.

Também foram consultadas publicações de órgãos da administração pública para fornecer suporte técnico e institucional na formulação de inúmeras políticas públicas, disponibilizadas em pesquisas e estudos mensais, semestrais e anuais, como do Instituto

de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, utilizou-se textos legais do escopo das políticas públicas, que respaldam a garantia dos direitos da pessoa idosa e as responsabilidades do Estado e da sociedade. Para a análise documental foi utilizado como fonte de pesquisa principal o Edital de “Pregão Eletrônico” N° 000017/2019 para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acolhimento institucional para acolher os idosos de ambos os sexos, a fim de atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.

O instrumento empregado foi um roteiro de análise documental, submetido à testagem para a validade quanto à fidedignidade das informações. A complementação dos dados da análise documental incluiu materiais em formato eletrônico, publicados no site da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy-ES. Ademais, outras informações sobre demandas por serviços públicos e acesso a direitos, serviços, equipamentos públicos e programas sociais identificados em municípios, foram coletados no portal da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (SAGI/MC).

De posse dos dados coletados procedeu-se à organização e análise dos dados que fossem significativos e possibilitadores do alcance dos objetivos da pesquisa.

Na pesquisa proposta, as categorias definidas inicialmente contemplaram: velhice, envelhecimento, longevidade da população, proteção social, políticas públicas para a pessoa idosa, assistência social, serviços socioassistenciais de alta complexidade, licitações e pregão eletrônico. Para isso, o uso da técnica de análise de conteúdo foi fundamental, visto que possibilitou descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos.

Nessa direção, se procedeu à análise exaustiva dos dados a partir da exposição circunstanciada de aspectos, com descrições, explicações e compreensões sobre o objeto de estudo, significados, tendências, situando-os na realidade social de Presidente Kennedy-ES. O processo de análise de conteúdo compreendeu a preparação das informações, a unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, a classificação das unidades em categorias, a descrição e a interpretação (MORAES, 1999) dos achados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Licitação pública como procedimento da administração pública a para execução de serviços

Um dos meios de gestão que vem sendo usado pelos entes da Administração Pública¹ (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para a prestação de serviços vinculados a diferentes políticas públicas, no caso aqui estudado a assistência social, aqueles dos quais

¹ A Administração Pública compreende “em sentido formal, o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas”. (MEIRELLES, 2009, p. 65-66).

não dispõe em seu âmbito de atuação, é a licitação pública.

Com efeito, importa referir que, as políticas públicas estatais, sendo responsabilidade da administração pública, devem se pautar pelos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, igualdade, publicidade e eficiência. Da mesma maneira, isso se aplica à assistência social, que é política social, definida como “espécie do gênero política pública” (PEREIRA, 2008, p. 92), e onde são ofertados os serviços socioassistenciais de alta complexidade à pessoa idosa – objeto desse estudo.

O Município é um ente estatal que tem autonomia política, administrativa, financeira e legislativa assegurada pela Constituição Federal de 1988 para todos os assuntos de seu interesse local, dos quais se destaca aqui a execução dos serviços públicos. Nestes figuram **“toda atividade prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob regime de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade”**. (CARVALHO FILHO, 2017, p. 235, grifo nosso). Embora a titularidade dos serviços públicos seja do Estado, a operacionalidade pode ocorrer de duas formas, direta, por seus entes, ou indireta, sob o regime de concessão ou permissão a instituições privadas que vençam a licitação, como estabelece a Constituição Federal de 1998.

Dessa forma, quando o ente estatal não consegue atender todas as necessidades da sociedade, este se equivale de contratar serviços de terceiros, através de processos de licitação, como já referido.

Ademais, o procedimento licitatório apresenta uma natureza essencial de busca pelo interesse público, no entanto, sendo coroado pelo princípio da “vantajosidade”, onde o ente estatal escolherá a proposta baseado no oferecimento de maior benefício ao bem-estar social da população. No caso do estudo proposto, contratação via pregão eletrônico, de instituição que prime pelo equilíbrio entre custo e salvaguarda da pessoa idosa, e cumpra os parâmetros da lei quanto ao oferecimento de suporte adequado na operacionalização de um serviço socioassistencial de alta complexidade, visando à proteção desse cidadão.

Contratação de empresa especializada para o serviço de acolhimento. Institucional à pessoa idosa: uma análise de conteúdo do pregão eletrônico

Inicialmente é preciso dizer que o objeto é a contratação de bens e serviços comuns da área da assistência social, com a finalidade de atender a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), órgão gestor dessa política pública, visto que Presidente Kennedy-ES não dispõe desse serviço. Nessa direção, apresenta seguinte justificativa:

O Município de Presidente Kennedy necessita de um local para acolher os **idosos de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência**, tendo em vista **não existir na rede de atendimento nenhuma instituição pública que presta este tipo de serviço**. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e excepcionalmente, de longa permanência quanto esgotada todas as possibilidades de auto sustento e convívio com familiares. O serviço será prestado para idosos que não dispõem de

condições para permanecer com a família, com vivência de **situações de violência e negligência**, em **situação de rua e de abandono** e com **vínculos familiares fragilizados ou rompidos**. (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16, grifo nosso).

Como se pode perceber, na descrição da justificativa, não há serviço disponível no município para acolhimento de pessoas idosas. O público demandante é de idosos e idosas, ou seja, sexo masculino e feminino. Chama atenção que são sujeitos independentes e/ou possuem algum grau de dependência, como expõe o Edital: “20 vagas para idosos (as) sendo respectivamente: 03 para idosos **independentes**, 05 para idosos **semidependentes** e 12 para idosos **dependentes** em abrigo institucional”. (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16, grifo nosso).

Isso exige da instituição contratada infraestrutura adequada e profissionais qualificados para prestação desse serviço. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 traz, na descrição de serviços de acolhimento institucional, quais os quesitos que devem ser contemplados: “[...] devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade” (BRASIL, 2014, p. 44).

Relativo à equipe de profissionais, o Anexo I – Termo de Referência traz que, esta “deverá atender às exigências da RDC nº 283/2005 e NOB-RH/SUAS com destaque para disponibilização de **Assistente Social e Psicólogo**”. (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16, grifo nosso). Esses dois profissionais compõem a equipe de referência para atendimento psicossocial, prevista na NOB-RH/SUAS 2006, no entanto, não consta no Edital se são vinculados ao órgão gestor. Também não é especificada a quantidade, pode-se inferir que se trata de 02 (dois), como estabelece a NOB-RH/SUAS 2006, “profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos” (BRASIL, 2006, p. 15), sendo um assistente social e um psicólogo.

Quanto à equipe de referência para atendimento direto, cuidador e auxiliar de cuidador, enumerados nesta normativa, não há especificação no Edital, embora suponhasse que sejam indispensáveis. A Resolução - RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005 traz como recursos humanos necessários:

4.6 - Recursos Humanos

4.6.1 - A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve apresentar recursos humanos, com vínculo formal de trabalho, que garantam a realização das seguintes atividades:

4.6.1.1 - Para a coordenação técnica: Responsável Técnico com carga horária mínima de 20 horas por semana.

4.6.1.2 - Para os cuidados aos residentes:

- a) Grau de Dependência I: um cuidador para cada 20 idosos, ou fração, com carga horária de 8 horas/dia;
- b) Grau de Dependência II: um cuidador para cada 10 idosos, ou fração, por turno;
- c) Grau de Dependência III: um cuidador para cada 6 idosos, ou fração, por turno. (BRASIL, 2005).

Esses são os mesmos profissionais previstos na NOB-RH/SUAS 2006, quando define a equipe de referência para atendimento direto em abrigo institucional, Casa-Lar e casa de passagem – serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Além disso, consta na justificativa do edital que as situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas são aquelas explicitadas na Política Nacional de Assistência Social de 2004 e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009, nesta última, particularmente na descrição do serviço de acolhimento institucional, “acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados”. (BRASIL, 2014, p. 44). Neste mesmo regulamento, na descrição do serviço de acolhimento institucional para idosos, estão elencadas as demais situações:

Acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autos sustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. (BRASIL, 2014, p. 45-46).

Dessa forma, verifica-se que o conteúdo explicitado no Edital se encontra em correspondência com o previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009, ou seja, mostra coerência e adequabilidade ao regulamento do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas. De igual modo, o conteúdo da oferta do serviço:

Terá que apresentar **característica domiciliar**, devendo acolher idosos com diferentes necessidades e graus de dependência. É necessário **assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua**, bem como o **acesso às atividades culturais, educativa, lúdica e de lazer na comunidade**. (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16, grifo nosso).

Essa descrição, do que deverá ser garantido no serviço de acolhimento institucional para idosos, traz aspectos da modalidade de atendimento em unidade institucional, com característica domiciliar, de acolhimento de pessoas idosas com diferentes necessidades e graus de dependência, que “deve assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade”. (BRASIL, 2014, p. 46). O que confirma a

consonância com o conteúdo da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009. Ligado a isso, o Edital estabelece os direitos que devem ser preservados para as pessoas idosas acolhidas:

a) **Assistência integral em saúde**, incluindo a busca de atendimento junto ao sistema Único de Saúde, quando necessário; b) **visitação de familiares, amigos e pessoas de referências** conforme rotina da entidade. c) **Acesso aos meios de comunicação que permitam contato com familiares** durante o acolhimento, conforme rotina da entidade; d) Possibilitar **visitas periódicas da equipe técnica do Centro de referência Especializado de Assistência Social** para o acompanhamento do idoso (a); e) Apresentar **relatório psicossocial** sobre atendimento dispensado ao idoso (a) quando solicitado pela contratante. (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16, grifo nosso).

Neste caso, no Anexo I, Termo de Referência do Edital, são indicados direitos para as pessoas idosas acolhidas, mas não são mencionados, por exemplo, os objetivos definidos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 na oferta deste tipo de serviço.

Cumprir assinalar, dessa forma, a dissonância do conteúdo exposto no Termo de Referência do Edital com o proposto pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009. Além disso, mesclam-se “direitos” com objetivos e ações profissionais, por exemplo, apresentação de relatório psicossocial.

Outro aspecto que chama atenção é o acompanhamento da pessoa idosa, que será efetuado por “visitas periódicas da equipe técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social” (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16). Além disso, traz o Edital que “a instituição contratada deverá prestar contas referentes ao benefício do idoso imediatamente quando solicitado pelo Fiscal de Contrato ou Coordenador do CREAS” (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16). A respeito disso, as Orientações Técnicas do CREAS de 2011 trazem que:

Em relação aos Serviços de Acolhimento, **o CREAS tem papel fundamental no acompanhamento dos casos que envolvam situações de violência**, tendo em vista o fortalecimento da função protetiva das famílias, na perspectiva da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Em função disso, **a relação do CREAS com esses Serviços requer fluxos e procedimentos descritos e institucionalizados em âmbito local, com a definição das competências e responsabilidades de cada um**. Quando da reinserção familiar, é importante prever a possibilidade da continuidade do acompanhamento no CREAS, de modo a evitar novo afastamento do convívio familiar e, por conseguinte, o retorno ao Serviço de Acolhimento. (CREAS, 2011, p. 64).

Nesse processo, o órgão gestor municipal da política pública de assistência social tem um papel fundamental na construção e pactuação de fluxos de referência e contrarreferência com a rede socioassistencial, das outras políticas e órgãos de defesa de direitos. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS -, acaba

exercendo papel de contrarreferência no Sistema Único de Assistência Social, à medida em que é partícipe do trabalho desenvolvido com a pessoa idosa inserida em serviço de acolhimento institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao quadro, destacou-se que o município não tem serviços socioassistenciais de proteção social de alta complexidade, fazendo com que ocorra um processo de licitação para empresas especializadas. Por isso, uma das alternativas, para que se possam atender as necessidades da pessoa idosa, é o pregão eletrônico.

Após as análises dos dados no pregão eletrônico foram identificadas as necessidades e assim foi feita a contratação de uma instituição especializada para acolher os idosos, atendo também as demandas da Secretária Municipal de Assistência Social. A responsabilidade por atingir os objetivos requisitados e pela execução das ações coube à instituição contratada.

Em suma, no decorrer da pesquisa, ao se destacar a prestação de serviço de baixa, média e alta complexidade compreende-se a necessidade de medidas estratégicas que assegurem as necessidades da pessoa idosa. No município de Presidente Kennedy-ES, é válido ressaltar que as medidas utilizadas para a proteção social são ofertadas pelo Cras, com a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a proteção social de baixa complexidade.

Todavia, para a proteção da média complexidade apresenta o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas – e, para alta complexidade, Presidente Kennedy-ES não executava nenhum serviço socioassistencial, que foi executada por meio da análise do pregão eletrônico e realizada uma licitação pública para contratação de uma empresa especializada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução - RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005.** Aprovar o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no SUS:** proposta de modelo de atenção integral. Ministério da Saúde: Brasília, DF: 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013.** Estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicos envolvidos em sua articulação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8114.htm. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019.** Consolida Atos normativos editados pelo poder executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9921.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de Direito Administrativo.** 31 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

CREAS. Centro de Referência Especializado de Assistência Social. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF: MDS; SNAS, 2011.

MORAES, R. **Análise de Conteúdo.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; MIOTO, Regina Celia Tomaso (orgs.). **Política Social no Capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

PRESIDENTE KENNEDY-ES. **Edital de Pregão Eletrônico nº 000017/2019.** Presidente Kennedy, ES: 2019b. Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/licitacao/985-edital-1559583801.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações socioeducativas 48

Acumulação capitalista 36

Acumulação primitiva 37, 44

Adoecimento mental 69, 70, 71, 72, 90, 91, 92

Assistente social 1, 6, 7, 8, 13, 24, 34, 36, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59

C

Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde 73

Capitalismo 1, 2, 17, 27, 38, 44, 46, 47, 54, 75, 76, 77, 78, 82

Centralidade do trabalho 19

Competências profissionais 5, 25, 46, 52, 96

Consciência de classe 48, 55

Conselho Nacional de Assistência Social 3

Constituição da República Federativa do Brasil 24, 26, 33

Covid-19 45, 47, 51, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 81, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

D

Deslocamento espacial 18

Determinações do capitalismo 47

E

Educação sustentável 24, 25, 32, 33

Enfrentamento à violência doméstica e familiar 35, 36, 40

Envelhecimento 9, 10, 11, 16, 31

Espaços sócio ocupacionais 7, 46, 49, 56

Estágio supervisionado 58

Exercício profissional 35, 36, 40, 41, 42, 44, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 61

G

Gênero 5, 12, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 62, 64, 68, 75, 76, 77, 80, 93, 94, 95

I

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 11

Intersetorialidade 24, 28, 29, 32, 34, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 68

L

Liberalismo 1

Linhas de enfrentamento 72

Longevidade 9, 11

M

Meio ambiente 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34

Migração 18, 19, 20, 21, 22, 23, 64

Movimento de reconceituação 4, 39

P

Pandemia 45, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 74, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Política de Assistência Social 1, 2, 9, 10, 34, 66

Política Nacional do Meio Ambiente 26

Políticas de saúde 10

Políticas públicas 3, 9, 10, 11, 12, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 44, 52, 53, 56, 57, 65, 68, 72, 89, 90, 91

Políticas sociais 1, 2, 4, 7, 24, 27, 28, 32, 34, 46, 53, 54, 56, 63, 68, 91, 96

Práxis 48, 93

Processo migratório 18, 19, 21

Processos de trabalho 47, 48, 51, 59, 66, 67, 70, 72, 92

Profissionais da saúde 74, 78, 92, 95

Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento 35

Projeto Ético-Político do Serviço Social 44

Psicólogo 13

S

Saúde mental 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Serviço Social 4, 5, 6, 7, 8, 24, 25, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 68, 73, 93, 94, 96

Sociedade capitalista 6, 40, 45, 46, 48, 61, 94

Supervisão acadêmica do estágio 58

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71,

72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

V

Vínculos familiares 13, 14, 61, 64

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

